



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10980.007151/95-08
Acórdão : 202-10.022

Sessão : 15 de abril de 1998
Recurso : 101.869
Recorrente : INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ - IASP
Recorrida : DRJ em Curitiba - PR

RECORRI DESTA DECISÃO
2º RD/202-314
C EM, de de 1998
C
Procurador G. da Faz. Nacional

PASEP - IMPOSSIBILIDADE DE SUA EXIGÊNCIA. Auto de Infração eivado de vícios por ter base em dispositivos legais considerados inconstitucionais pelo STF e por terem suspensa a sua execução pelo Senado Federal. **Recurso Provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ – IASP.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.**

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1998

Marcos Vinicius Neder de Lima
Presidente

Helvio Escovedo Barcellos
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Tarásio Campelo Borges, Oswaldo Tancredo de Oliveira, Ricardo Leite Rodrigues, José de Almeida Coelho e Maria Tereza Martínez López.

Ecvs/MAS-FCBL



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10980.007151/95-08

Acórdão : 202-10.022

Recurso : 101.869

Recorrente : INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ - IASP

RELATÓRIO

Contra o contribuinte acima identificado foi lavrado o Auto de Infração exigindo o recolhimento da contribuição relativa ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

Regularmente intimado, o interessado, representado pelo Diretor Superintendente, nos termos do artigo 15 do Decreto nº 70.235/72, interpôs a tempestiva Impugnação às fls. 31/37, através de seu assessor jurídico (Procuração às fls. 38), onde contesta o procedimento adotado pela Secretaria da Receita Federal, arguindo, em síntese, que o Estado do Paraná, suas autarquias e fundações passaram a contribuir para o PASEP, com a edição da Lei Estadual nº 6.278/72, perdurando tal situação até novembro de 1993, quando o Poder Legislativo Estadual, através da Lei nº 10.533, de 30 de novembro de 1993, aprovou outra destinação legal para os recursos que eram até aquela data repassados à União, a título de contribuição ao PASEP, deixando assim de contribuir.

Embasado na Lei Complementar nº 08/70, c/c o Decreto nº 71.618/72, e nos Decretos-lei nºs. 2.445/88 e 2.449/88, a autoridade de primeira instância julgou improcedente a impugnação apresentada, e sua decisão restou assim ementada:

“PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO (PASEP)

Períodos de Apuração: 07/91 a 12/94

Falta/Insuficiência de Recolhimento da Contribuição para o PASEP

A partir de 1º/07/88, as contribuições mensais para o PIS/PASEP devem ser calculadas segundo o disposto no Decreto-lei nº 2.445/88, com modificações introduzidas pelo Decreto-lei nº 2.449/88.

A atribuição de legislar sobre as contribuições para PIS/PASEP está subordinada ao princípio da competência privativa da união.

LANÇAMENTO PROCEDENTE.”



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10980.007151/95-08
Acórdão : 202-10.022

Inconformado com a decisão proferida recorre o contribuinte às fls. 63/69 repisando a argumentação expendida na impugnação, pugnando pela reforma do decreto singular.

A Procuradoria da Fazenda Nacional oferta parecer, às fls. 71/79, opinando pelo improvimento do presente recurso, determinando o prosseguimento da cobrança do crédito tributário.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10980.007151/95-08
Acórdão : 202-10.022

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS

O recurso foi interposto na guarda prazo legal.

O assunto já é conhecido dessa Câmara que tem vasta base jurisprudencial sobre a matéria. Entre outros votos, cito o voto da lavra do ilustre Conselheiro Antônio Sinhiti Myasava, prolatado em face do Recurso nº 101.886 interposto pela Junta Comercial do Paraná, que por unanimidade de votos foi dado provimento.

Essa decisão fundamentou-se no voto condutor do Acórdão 202-02.669, e ainda nos Acórdãos 202-09.570 e 202-09.425 que caminham neste mesmo sentido.

E por se tratar de igual matéria transcrevo abaixo o brilhante voto do Dr. Myasava:

“O recurso apresentado em 05 de janeiro de 1996 é tempestivo, portanto, dele tomo conhecimento.

A Ação Judicial intentada pelo Governo do Estado do Paraná, perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, trata de MEDIDA CAUTELAR INOMINADA, de natureza preparatória, visando a legitimidade da Lei Estadual nº 10.533, de 30/11/93, cuja liminar foi deferida pelo MINISTRO CELSO DE MELLO, para que a União Federal se abstenha de qualquer medida que implique compensação entre créditos federais e débitos do Estado do Paraná, pertinentes à sua questionada participação compulsória nas contribuições devidas ao PASEP.

Desta forma, a exigência fiscal da Contribuição ao PIS/PASEP, lançada no Auto de Infração, não guarda nenhuma relação com a Ação Judicial intentada pelo Governo do Estado do Paraná, perante o Supremo Tribunal Federal, pois trata sobre a validade da Lei Estadual nº 10.533/93, que “*dispõe sobre o Estado do Paraná, suas autarquias e fundações, deixarem de contribuir ao Programa Federal de Formação do Patrimônio do Servidor Público e adotar outras providências*”, e para que, liminarmente, a União Federal se abstenha de compensar tais débitos com créditos federais dos fundos de participações, portanto, não havendo vinculação para caracterizar renúncia da esfera administrativa.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES

Processo : 10980.007151/95-08
Acórdão : 202-10.022

A exigência vem embasada na Lei Complementar nº 08/70, arts. 14 e 15, do Decreto nº 71.618/72; art. 1º do Decreto-lei nº 2.445/88, alterado pelo Decreto-lei nº 2.449/88; art. 11 da Lei nº 7.689/88; art. 3º, inciso III, da Lei nº 7.691/88; Resolução nº 01/88, do Conselho Diretor do Fundo de Participação do PIS/PASEP; Ato nº 168, col/88; Ato nº 255, col/88, portanto, com base em dispositivos legais cuja execução está suspensa por Ato do Senado Federal, declaradas inconstitucionais pela Suprema Corte.

Desta forma, deve ser esclarecido que estará eivado de vício insanável o Auto de Infração cujo lançamento tenha embasamento em dispositivos a que se refere a Resolução do Senado Federal nº 49/95, que suspendeu a execução dos Decretos-lei nºs 2.445/88 e 2.449/88, assim determinando:

“Art. 1º - É suspensa a execução dos Decretos-lei nºs 2.445, de 29 de junho de 1988, e 2.449, de 21 de julho de 1988, declarados inconstitucionais por decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 148.754-2/210/Rio de Janeiro.”

O Primeiro Conselho de Contribuintes já vem decidindo reiteradamente, por unanimidade de votos, pelo cancelamento da exigência que tenha como fundamento para a base de cálculo os Decretos-lei nºs 2.448/88 e 2.449/88, como decidido no Acórdão nº. 101-90.645, assim ementado:

“PIS/RECEITA OPERACIONAL - LANÇAMENTO - Com o advento da Medida Provisória nº 1.175/95 (art. 17, inciso VIII), foram cancelados os lançamentos efetivados com fundamento nos Decretos-lei nºs 2.445/88 e 2.449/88. Providos por unanimidade de votos.”

Não resta dúvida de que o lançamento que tenha em sua capitulação as alterações introduzidas pelos Decretos-lei nºs 2.445/88 e 2.449/88, não deve prosperar, por faltar-lhe a disposição à base de cálculo, portanto, impossibilita a exigência, razão da edição da Medida Provisória nº 1.175/95, que em seu art. 17, atualmente de nº 1.542-28/97, art. 18, autoriza:

“Art. 18 - Ficam dispensados a constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição como Dívida Ativa da União, o ajuizamento



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10980.007151/95-08
Acórdão : 202-10.022

da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados os lançamentos e a inscrição, relativamente a:

.....
VIII - à parcela da contribuição ao Programa de Integração Social exigida na forma dos Decretos-lei n°s 2.445, de 29 de junho de 1988, e 2.449, de 21 de julho de 1988, na parte que exceda o valor devido, com fulcro na Lei Complementar n° 07, de 07 de setembro de 1970, e alterações posteriores.”

Nesta Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, já se firmou jurisprudência pela nulidade do Auto de Infração que usar das disposições dos Decretos-lei n°s 2.445/88 e 2.449/88, por ter sido suspensa suas execuções e, assim, estar fora da órbita jurídica, como pode ser examinado nos Acórdãos n° 202-09.570 e 202-09.425.

O art. 77 da Lei n° 9.430/96, disciplinando as matérias declaradas inconstitucionais pela Suprema Corte, assim autoriza o Poder Executivo:

“Art. 77 - Fica o Poder Executivo autorizado a disciplinar as hipóteses em que a administração tributária federal, relativamente aos créditos tributários baseados em dispositivos declarados inconstitucionais, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, possa:

I - abster-se de constituí-lo;

II - retificar o seu valor ou declará-los extintos, de ofício, quando houvessem sido constituídos anteriormente, ainda que inscritos em Dívida Ativa;

III - formular desistência de ações de execução fiscal já ajuizadas, bem como deixar de interpor recursos de decisões judiciais;”

Em razão das disposições acima, o Poder Executivo editou o Decreto n° 2.346/97, que: *“consolida normas de procedimentos a serem observadas pela Administração Pública Federal, em razão de decisões judiciais, regulamenta os dispositivos legais que menciona, e dá outras providências”*, assim determinando:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES

Processo : 10980.007151/95-08
Acórdão : 202-10.022

“Art. 1º - As decisões do Supremo Tribunal Federal que fixem de forma inequívoca e definitiva interpretação do texto constitucional, deverão ser uniformemente observadas pela Administração Pública Federal, direta e indireta, observados os procedimentos estabelecidos neste Decreto.

§ 1º - Transitado em julgado, por decisão do Supremo Tribunal Federal, que declare a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, em ação direta, a decisão, dotada de eficácia “ex tunc”, produzirá efeitos desde a entrada em vigor da norma declarada inconstitucional, salvo se o ato praticado com base na lei ou ato normativo inconstitucional não mais for suscetível de revisão administrativa ou judicial.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se, igualmente, à lei ou ato normativo que tenha sua inconstitucionalidade proferida, incidentalmente, pelo Supremo Tribunal Federal, após a suspensão de sua execução pelo Senado Federal.

.....
Art. 4º - Ficam o Secretário da Receita Federal e o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, relativamente aos créditos tributários, autorizados a determinar, no âmbito de suas competências e com base em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, que declare a inconstitucionalidade de lei, tratado ou ato normativo que:

.....
Parágrafo único. Na hipótese de crédito tributário, quando houver impugnação ou recurso ainda não definitivamente julgado contra a sua constituição, devem os órgão julgadores, singulares ou coletivos, da Administração Fazendária, afastar a aplicação da lei, tratado ou ato normativo federal, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.”

Em seguida, foi a Instrução Normativa SRF nº 31/97 que veio disciplinar o procedimento a ser adotado pelas autoridades fiscais.

Por outro lado, deixo de apreciar a matéria, relativamente ao procedimento adotado no pagamento do PASEP e à tese defendida pela recorrente sobre a aplicação do recurso, autorizada por Lei Estadual, em razão



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES


Processo : 10980.007151/95-08
Acórdão : 202-10.022

do provimento na questão de mérito do pedido, por estar o lançamento exigido com base em disposições de Leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal e execução suspensa por Resolução do Senado Federal.”

Diante de todo o exposto, e com base nas razões acima mencionadas, que tomo como minhas razões de decidir, voto no sentido de que se dê provimento ao recurso.

É como voto.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1998


HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS